



A deputada do PSD ao Parlamento Europeu diz que a conferência de Cancun produziu passos decisivos no combate às alterações climáticas

Ano Novo auspicioso para o clima

Maria Graça Carvalho

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP16), realizada em Cancun em Dezembro, alcançou resultados auspiciosos para o ano que agora se inicia. Depois de intensas negociações, os 194 países representados na conferência contemplaram o planeta e, no fundo, todos os povos do mundo, com deliberações internacionais que podem conduzir, no futuro, a um acordo vinculativo sobre o combate às alterações climáticas.

Como tive oportunidade de verificar, o México organizou o evento de forma exemplar, garantindo grande transparência de procedimentos e assegurando a participação empenhada dos mais de 15 mil participantes.

O simples facto de os acordos de Cancun terem ocorrido no âmbito da Convenção das Nações Unidas restaura a confiança nas negociações internacionais e reforça o papel deste fórum internacional na definição de acordos multilaterais, algo que tinha ficado prejudicado após o desaire da Conferência de Copenhaga (COP15).

Os países desenvolvidos aceitaram o desafio de se tornarem mais ambiciosos nos objetivos de redução de emissões nos próximos anos. Foram adotadas medidas importantes de apoio financeiro célere aos países em desenvolvimento alicerçadas em instrumentos eficazes de administração e monitorização como o Fundo Verde Climático. E estes países, por sua vez, comprometeram-se a realizar ações de mitigação ao nível nacional.

Todos os países apoiaram o objetivo de manter o aumento da temperatura global numa média de temperaturas inferior a 2º C, em relação aos níveis pré-industriais, assim como a necessidade de rever, até 2015, uma meta mais ambiciosa, de 1,5 C.

Falando de medidas concretas, há três áreas que merecem destaque: a adaptação, as florestas e a transferência de tecnologia.

Relativamente à adaptação, a COP16 estabeleceu um quadro de apoio aos países em desenvolvimento para que estes possam fazer face a calamidades resultantes das alterações climáticas, como cheias, secas ou o aumento do nível do mar.

Para preservar e proteger as florestas foi criado um mecanismo que visa evitar a desflorestação e a degradação das florestas.

Finalmente, com o objetivo de potenciar a capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento, foi estabelecido um mecanismo que promove o desenvolvimento e a transferência de tecnologia para estes países.

Durante a conferência pude testemunhar três circunstâncias que, na minha opinião, permitem que redobremos a nossa confiança num futuro mais risonho para o processo de luta contra as alterações climáticas.

Em primeiro lugar, a COP16 restabeleceu o equilíbrio entre os dois caminhos de negociação existentes — a Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto. A Convenção conseguiu ancorar as promessas de redução formuladas na Conferência de Copenhaga num processo negocial das Nações Unidas.

Em segundo lugar, constatei uma maior disponibilidade da China e dos Estados Unidos para, de futuro, reforçarem a verificação dos esforços de redução de emissões.

Finalmente, foi com grande satisfação que assisti à reassunção da liderança por parte da União Europeia neste processo.

Este retomar do papel de liderança, por parte da Europa, é uma excelente notícia e, sendo continuado e cimentado com lucidez e sabedoria, deverá conduzir as nações a um acordo global de combate às alterações climáticas na COP17, a realizar entre 28 de novembro e 9 de dezembro, em Durban, na África do Sul.

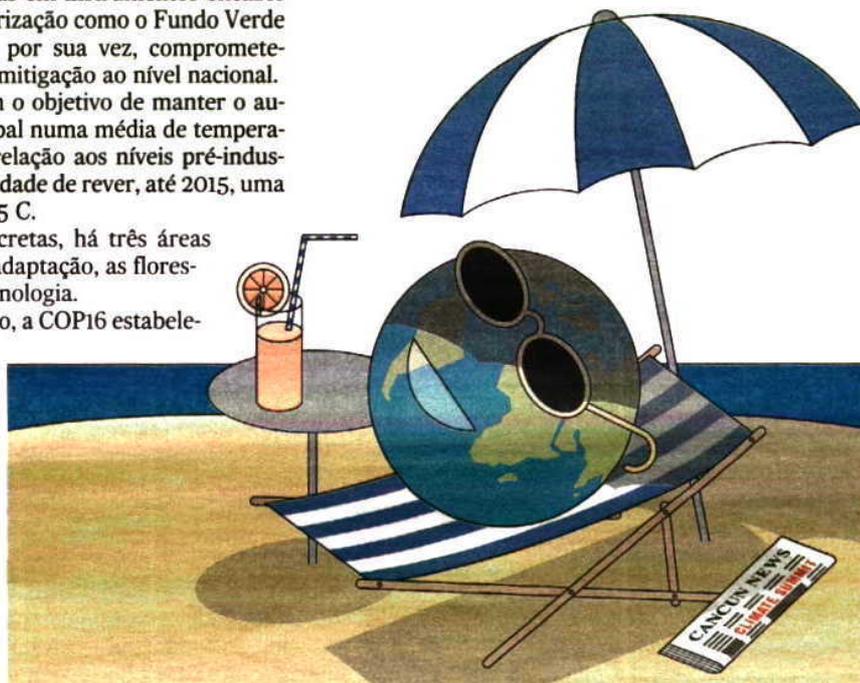


ILUSTRAÇÃO CRISTINA SAMPAIO